



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

(530102)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 190.404,22 (CENTO E NOVENTA MIL QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 28/05/2026 ÀS 10H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM E POR GRUPO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

[1. DO OBJETO](#)

[2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)

[3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)

- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº 018.00001647/2026-43)

Torna-se público que o ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, por sua SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA sediada na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente licitação destina-se ao registro de preços por itens e lotes, podendo resultar na celebração de Ata de Registro de Preços com fornecedores distintos para cada item ou lote adjudicado. As regras relativas ao gerenciamento da Ata e às eventuais adesões encontram-se disciplinadas na minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os Grupo 2 e item 14, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para o grupo 01, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do objeto.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão

pública[ESP35] .

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de acordo com a tabela abaixo:

GRUPO 1									
Grupo	Item	Especificação	Código Siafísico	Código compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances
1	1	Açúcar	4428692	463994	Pacote 1kg	50	408	R\$ 5.49	R\$ 0.06
	2	Açúcar cristal sachê	5033748	463990	Caixa c/400 sachês de 5gr	5	112	R\$ 39.99	R\$ 0.40
	3	Açúcar refinado sachê	4429494	463996	Caixa c/400 sachês de 5gr	5	120	R\$ 23.95	R\$ 0.24
	4	Adoçante líquido	4620062	353156	Frasco 100ml	12	126	R\$ 9.13	R\$ 0.09
	5	Adoçante sachê	4620135	427796	Caixa c/50 sachês	10	336	R\$ 9.90	R\$ 0.10
	6	Café	5410762	606523	Caixa 500gr	96	1072	R\$ 45.70	R\$ 0.46
	7	Chá mate	4525701	353663	Caixa 40 gr c/25 sachês	10	504	R\$ 8.85	R\$ 0.09
	8	Chá diversos sabores	4525884	604671	Caixa 40 gr c/15 sachês	20	1344	R\$ 7.98	R\$ 0.08
	9	Chá frutas diversos sabores	4525850	258195	Caixa 40 gr c/10 sachês	25	3024	R\$ 14.29	R\$ 0.14
	10	Chá preto	4525426	233885	Caixa 40 gr c/10 sachês	15	624	R\$ 5.79	R\$ 0.06
	11	Chá verde	6543049	290267	Caixa 40 gr c/10 sachês	15	624	R\$ 5.87	R\$ 0.06

GRUPO 2									
Grupo	Item	Especificação	Código Siafísico	Código compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances
Grupo 2	12	Biscoito cream cracker	1677497	402158	Caixa c/100 pacotes	2	48	R\$ 62.17	R\$ 0.62
	13	Biscoito doce sabores	5432626	625251	Caixa c/100 pacotes	3	144	R\$ 69.41	R\$ 0.69

Item	Item	Especificação	Código Siafísico	Código compras	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Intervalo mínimo entre lances
Item	14	Água mineral sem gás 300ml	4415922	445484	Garrafa 300ml	108	22032	R\$ 2.21	R\$ 0.02

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez)

minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de](#)

[2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo de itens e itens:

6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos os valores estabelecidos no Anexo II do Termo de Referência, documento integrante deste Edital

6.20.2. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas

Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de CATÁLOGO ou MANUAL para fins de aferição da qualidade e da compatibilidade com as especificações estabelecidas pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, Termo de Referência (Anexo II), será exigida, por ocasião do julgamento das propostas, a apresentação da referida documentação exclusivamente pelo licitante classificado em primeiro lugar, observando-se o procedimento previsto no subitem 4.4 do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira

poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor

estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.2.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.3. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.3.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.3.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.4. A fase de apresentação CATÁLOGO ou MANUAL exigida na documentação que integra este Edital, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: licitacoes.sgc@sp.gov.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. apresentar CATÁLOGO ou MANUAL em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. apresentar CATÁLOGO ou MANUAL falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) até o máximo de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou

contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.21. Nesta licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio eletrônico: licitacoes.sgc@sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos

autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas por meio do Portal Compras Gov (aba - impugnações e esclarecimentos): sistema compras.gov, e enviadas pelo sistema para o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14. 2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho e assinatura da Autorização de Fornecimento, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho e assinatura da Autorização de Fornecimento ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho e assinar a Autorização de Fornecimento ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho e assinatura da Autorização de Fornecimento ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que as referidas Nota e Autorização, estão substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos [arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar a Autorização de Fornecimento, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e e Site Oficial da Secretaria de Gestão e Governo Digital: sggd.sp.gov.br/sggd, em menu/aba: Transparência/Editais/Licitações/Licitações em Andamento

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I do TR - Estudo Técnico Preliminar

14.16.1.2. Anexo II do TR - Especificação de Itens

14.16.1.3. Anexo III do TR - Modelo de Proposta de preços

14.16.1.4. Anexo IV do TR - Minuta Autorização de Fornecimento

14.16.2. ANEXO II – Minuta Pedido de Esclarecimento

14.16.3. ANEXO III – Minuta Pedido de Impugnação

14.16.4. ANEXO IV – Minuta Ata de Registro de Preços

assinado digitalmente

DANIELLE REIS QUEIROGA DE FRANÇA

Coordenadora de Licitações e Contratos

Diretoria de Administração

Subsecretaria de Gestão Corporativa



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0107637701** e o código CRC **BB473BF3**.

ESP-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	530102-ESP-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	ANA FLAVIA RODRIGUES	14/05/2026 17:27 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	26/2026	018.00001647/2026-43

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição por **REGISTRO DE PREÇO** de materiais de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das unidades da Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, de acordo com as especificações técnicas, condições de fornecimento, quantidades, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1.1.1. A tabela com os itens desta contratação está disponível no **Anexo II** deste Termo de Referência.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. Não haverá prestação de serviços, sendo assim, não haverá formalização de contrato, sendo a nota de empenho o instrumento equivalente. O instrumento substitutivo de contrato (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 39467292000102-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2025;

III) Identificador da Futura Contratação: 530102-26/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – Anexo I deste Termo de Referência.

3.2. Considerando a necessidade de celeridade na condução e conclusão do procedimento licitatório, não será aberto procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP), tendo a Secretaria de Gestão e Governo Digital como único contratante, nos termos do art. 86, § 1º, da referida lei.

3.3. Por fim, destaca-se que será possível aceitar a adesão de outros órgãos na condição de não participante, conforme disposto no § 2º do art. 86 da lei 14.133/2021, mediante avaliação da Pasta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. O fornecedor deverá atender aos critérios de sustentabilidade, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislações normativas pertinentes, observando os requisitos com menor impacto ambiental em relação aos seus similares

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não consideramos necessária a indicação de uma ou mais marcas para o fornecimento dos produtos, desde que respeitem a descrição dos itens, visto que são bens comuns com muita oferta no mercado e o descritivo dos itens garante a qualidade dos materiais que serão adquiridos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não há vedação ao fornecimento de produtos de nenhuma marca em específico.

Da exigência de amostra(s)

4.4. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de CATÁLOGO ou MANUAL para aferição de qualidade e compatibilidade com as especificações solicitadas pela SGGD para todos os itens.

4.4.1. Caso o produto já tenha sido utilizado e aprovado pela SGGD em fornecimentos anteriores e atenda às especificações e padrão de qualidade exigidos, poderá ser dispensada a apresentação do referido catálogo.

4.4.2. O catálogo deverá ser apresentado na língua portuguesa.

4.4.3. Quando existir site oficial do fabricante que demonstre ficha técnica do item cotado, com a referida marca e modelo, fica à licitante, em detrimento da apresentação do catálogo, facultada informar o respectivo link apresentada exclusivamente por meio eletrônico, através da opção “Anexo” no sistema Compras.gov.br.

4.5. As empresas que forem solicitadas a apresentação do catálogo e que não encaminharem terão as propostas desclassificadas.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar – Anexo I.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h, contados da emissão da Autorização de Fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. Avenida Rangel Pestana nº 300 – 1º subsolo, entrada de fornecedor - Sé – São Paulo/SP.

5.3.2. Por se tratar de um ambiente com controle de entrada e saída, a entrega dos itens deverá ser agendada previamente através do e-mail almoxarifado.sgg@sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3117-2094.

5.3.3. O não agendamento poderá acarretar o não recebimento, não responsabilizando esta Secretaria por qualquer prejuízo ou multa.

5.4. Considerando que os itens são produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 05 (cinco) meses].

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do ajuste.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicafe ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.22. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.22.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.22.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.22.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 190.404,22 (cento e noventa mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e dois centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo II do Termo de Referência – Especificação dos Itens. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 530102 – Diretoria de Administração;

II. Fonte de Recursos: 150010001;

III. Programa de Trabalho: 04122530055150000;

IV. Elemento de Despesa: 339030;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO

11.1. Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes anexos:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

Anexo II - Especificações dos itens;

Anexo III – Modelo de proposta de preços;

Anexo IV – Autorização de Fornecimento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR NASCIMENTO DA SILVA

Chefe Substituto de Divisão de Gestão Patrimonial e Almoxarifado



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 17:27:22.

Estudo Preliminar Técnico XX/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: SEI 018.00001647/2026-43

2. Descrição da necessidade

A Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo necessita assegurar o fornecimento contínuo e adequado de materiais de gêneros alimentícios, tais como açúcar, café, chás, adoçante e água mineral, destinados ao atendimento das atividades administrativas, institucionais e de apoio ao funcionamento regular de suas unidades. Esses insumos são essenciais para a rotina administrativa, recepção de autoridades, realização de reuniões e apoio aos servidores públicos, contribuindo para a manutenção de condições mínimas de trabalho e de prestação eficiente dos serviços públicos.

A ausência ou descontinuidade no fornecimento desses materiais pode comprometer a operacionalidade administrativa da Secretaria, gerar impactos negativos no ambiente organizacional e ocasionar prejuízos à eficiência e à economicidade da gestão pública.

Sob a ótica do interesse público, a contratação justifica-se por assegurar o atendimento aos princípios do planejamento, da eficiência e da sustentabilidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a adequada execução dos serviços prestados pela Secretaria.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Bens e Serviços (SGC)	Inês da Conceição Costa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação será realizada pelo procedimento de Sistema de Registro de Preço, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

As aquisições ocorrerão por meio da modalidade de Pregão Eletrônico – Ata de Registro de Preço, com validade de 12 (doze) meses. A modalidade pretendida confere vantagens à Administração Pública, permitindo entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas e uso de materiais com o prazo de validade vencido, além de visar a otimização do estado para armazenamento.

4.1 Requisitos Técnicos e funcionais mínimos:

- Entrega parcelada conforme a demanda, mediante requisição formal, no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência;
- Identificação clara nas embalagens e produtos quanto à marca, modelo, data de fabricação e validade;

- Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, amassadas, rasgadas, úmidas, oxidadas ou em qualquer condição que comprometa a integridade e a qualidade do item;

4.2 Normas Técnicas e Legais Aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos;
- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Normas sanitárias expedidas pela ANVISA e demais órgãos competentes.

5. Levantamento de Mercado

Avaliação das alternativas e justificativa da solução adotada

Nos termos do inciso V do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, esta seção apresenta a análise das alternativas de contratação existentes no mercado, com respectiva justificativa técnica e econômica da solução selecionada, considerando a natureza dos bens a serem adquiridos.

Os materiais objeto desta contratação são classificados como bens de consumo comuns, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/2021, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões objetivos de desempenho e qualidade, nos termos do art. 29 da referida norma legal.

No levantamento de mercado, foram identificadas 03 (três) principais alternativas de contratação:

a. Aquisição via pregão eletrônico (convencional)

Considerando o estágio atual do exercício orçamentário e a limitação de recursos disponíveis, a instauração de novo certame por pregão eletrônico convencional demandaria a emissão de nota de reserva, a formalização de empenhos e o cumprimento de outras etapas. Esse processo poderia comprometer a execução dentro do exercício financeiro. Assim, a adoção dessa modalidade revela-se menos eficiente diante da necessidade de racionalizar recursos e assegurar a contratação.

b. Adesão a atas de registro de preços já existentes (“carona”): Essa alternativa não se mostra adequada, embora mais ágil, impõe limitações quanto à flexibilidade, especificações e prazos de entrega. Além disso, pode não refletir as necessidades atuais e futuras específicas da Secretaria, especialmente diante de sua expansão estrutural e funcional.

c. Aquisição via formação de Ata de Registro de Preços (ARP): a formação de Ata de Registro de Preços, por meio de pregão eletrônico, mostra-se como a solução mais vantajosa e eficaz. Esse procedimento permite a contratação futura conforme necessidade, assegurando agilidade, padronização, economia de escala e melhor planejamento das aquisições.

A Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) encontra-se em pleno processo de crescimento institucional, com incorporação de novas unidades e servidores, como a absorção da Diretoria-Geral de Planejamento e Pessoas (DGPP) — com mais de 400 servidores —, bem como a integração contínua de servidores oriundos do Detran. Soma-se a isso a previsão de assunção das unidades regionais do interior do Estado, o que acarretará elevação significativa da demanda por insumos e materiais de consumo.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível uma solução que permita flexibilidade, escalabilidade e gestão centralizada, sem comprometer o abastecimento e o planejamento institucional.

Conclusão

Com base nos critérios técnicos, operacionais e econômicos avaliados, e considerando o contexto de expansão da SGGD, a alternativa mais vantajosa é a **realização de pregão eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços própria**. Essa modalidade assegura:

- garante atendimento tempestivo às demandas das diversas áreas da Secretaria;
- racionaliza recursos e padroniza os bens adquiridos;
- estimula a competitividade entre fornecedores, resultando em contratações mais vantajosas;
- facilita o planejamento e o controle das aquisições em médio e longo prazo.

6. Descrição da solução como um todo

A solução mais apropriada é a aquisição de materiais de gêneros alimentícios, por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, sob o critério de julgamento menor preço, com a formalização de Atas de Registro de Preços (ARP).

Esse modelo permite a aquisição de forma parcelada durante a vigência da ata, evitando novos certames em curto prazo e favorecendo o planejamento financeiro da Secretaria, inclusive com a possibilidade de prorrogação por mais 12 (doze) meses, nos termos da legislação vigente.

Visando conferir maior celeridade à condução e conclusão do procedimento licitatório, será lançada a **Intenção de Registro de Preços (IRP)** no sistema, **sem a necessidade de divulgação pública**, uma vez que a Secretaria é o **único órgão contratante**, nos termos do **art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021**.

Destaca-se que será possível aceitar a adesão de outros órgãos ou entidades na condição de não participantes, conforme disposto no § 2º do art. 86 da lei 14.133/2021, mediante avaliação e autorização do órgão gerenciador, observadas as condições e limites estabelecidos na legislação vigente.

Não haverá exigência da garantia contratual (arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021), uma vez que a exigência poderia elevar os custos sem representar ganho proporcional em segurança, considerando o valor estimado e a natureza dos bens.

7. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

As quantidades dos bens a serem adquiridos foram definidas com base em análise criteriosa do histórico de consumo, extraída do Relatório de Consumo do Sistema de Administração de Materiais – SAM, das planilhas de solicitações encaminhadas pelas áreas para o PCA, bem como das estimativas técnicas do almoxarifado, considerando a necessidade de manutenção de estoque de segurança.

Com o objetivo de evitar riscos de desabastecimento, o acréscimo nos quantitativos propostos decorre do aumento expressivo no número de servidores vinculados à Secretaria de Gestão e

Governo Digital. Esse crescimento não se restringe à incorporação da Diretoria-Geral de Planejamento e Pessoas (DGPP), que agregou mais de 400 servidores ao quadro da Secretaria, mas também à contínua recepção de servidores oriundos do Detran, cujas transferências permanecem em curso.

Nesse contexto de reorganização administrativa e expansão institucional, torna-se imprescindível a ampliação dos quantitativos estimados, de modo a assegurar a adequada execução dos objetos, garantindo margem operacional suficiente para atender às demandas institucionais e prevenir interrupções na prestação dos serviços ou no fornecimento dos materiais.

A medida encontra respaldo no Decreto nº 69.506/2025 e na Resolução SGGD nº 25, de 16 de maio de 2025, que dispõem sobre a nova estrutura organizacional e o quadro de cargos e funções da Secretaria de Gestão e Governo Digital. Ressalta-se, ainda, que as quantidades historicamente registradas no relatório do SAM apresentam-se reduzidas em razão da indisponibilidade de diversos itens no almoxarifado durante a maior parte do exercício de 2025, o que impactou diretamente os dados de consumo apurados.

8. Estimativa do valor da Contratação

O valor estimado da presente contratação é de **R\$ 190.514,38** (cento e noventa mil, quinhentos e catorze reais e trinta e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o intuito de ampliar ainda mais a competitividade e a participação do maior número possível de fornecedores, o objeto foi dividido em lotes, estruturados com base em critérios de afinidade e especificidade técnica, em consonância com as práticas de mercado. Essa divisão visa à adequação do certame à realidade do setor, assegurando que empresas de diferentes perfis e portes possam competir em igualdade de condições.

Tal medida está amparada pelo §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

A divisão em lotes, aliada ao critério de menor preço por item, está plenamente alinhada ao dispositivo legal citado, garantindo não apenas a legalidade do procedimento, mas também a efetiva promoção do princípio da competitividade, a otimização dos recursos públicos e o fomento ao desenvolvimento econômico local e regional, em conformidade com os objetivos da Nova Lei de Licitações e Contratos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 39467292000102-0-000001/2026;
- II. Data da publicação no PNCP: 10/09/2025;
- III. Identificador da Futura Contratação: 530102-26/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente proposta de aquisição almeja melhor atender as demandas dos setores da Secretaria.

A aquisição do material, por meio de Sistema Registro de Preços, contribuirá para o regular funcionamento das demandas operacionais dos setores, de forma que haja agilidade para as aquisições parceladas e redução dos custos em relação aos preços contratados bem como aos referentes a processos administrativos por não ser necessário realizar múltiplas licitações. Ademais, existem o planejamento e controle do estoque e do consumo contínuo do material, permitindo flexibilidade com ajustes nas quantidades a serem adquiridas, sem comprometer a continuidade do fornecimento.

13. Providências a serem adotadas

No caso da presente contratação não se identificam providências adicionais além daquelas já previstas no trâmite regular de aquisição. Trata-se de uma compra de natureza rotineira, que não demanda esforços extraordinários de gestão.

Não será necessário dispor de novo espaço físico de armazenamento, tendo em vista que os materiais se enquadram nas condições já existentes no almoxarifado e não representam volume superior à capacidade instalada. Da mesma forma, não há necessidade de capacitação específica para a equipe, pois o manuseio e a utilização do material já fazem parte das atividades habituais.

Diante do exposto, conclui-se que não se faz necessárias providências relevantes a serem consideradas para essa contratação, em razão de sua natureza corriqueira e da plena capacidade da estrutura atual em absorver os materiais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme rege a Instrução Normativa n.º 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

A contratação destes itens não trará impactos ambientais. Quando do eventual descarte por avaria do equipamento e sua inutilização, serão descartados de forma apropriada e visando a reciclagem.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.1 Justificativa da Viabilidade

A aquisição é viável tecnicamente e economicamente, conforme estabelecido nos itens 2, 7, 8 e 9 desse Estudo.

16. Anexo

Fazem parte deste Estudo Técnico Preliminar os seguintes documentos:

- Anexo I – Relatório de consumo SAM;
- Anexo II – Email de resposta das áreas referente levantamento;
- Anexo III – Levantamento Inicial.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SAM - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

Módulo Almoxarifado

Perfil de Consumo

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Almoxarifado: COORDENADORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Emitido em: 02/02/2026 09:00:02

Período de: 01/2025 à 12/2025

Subitem de Material			Unid.	Saldo Atual	Cons. Médio	Disp. (meses)
SIAFISICO	SubItem	Descrição				
	005033748001	AÇÚCAR CRISTAL - SACHÊ	CX	2,000	0,667	3,000
	004428692001	AÇUCAR REFINADO	PCT	30,000	3,750	8,000
	004429494001	AÇÚCAR REFINADO - SACHÊ	CX	0,000	0,583	0,000
	004620135001	ADOÇANTE - SACHÊ	Unid	0,000	0,750	0,000
	004620062001	ADOÇANTE LIQUIDO	FR	0,000	1,500	0,000
	004415922001	Agua Mineral Sem Gas, Em	PCT	90,000	5,333	16,875

PCA 2026

De Antonia Marcelina Fabiano Teixeira <amfteixeira@sp.gov.br>

Data Sex, 23/05/2025 11:52

Para Almoxarifado SGGD <almoxarifado.sggd@sp.gov.br>

Cc Hevelin Harada <hevelin.harada@sp.gov.br>; Valéria Rodrigues dos Santos <valeria.santos@sp.gov.br>

 1 anexo (30 KB)

PCA 2026 - Lista de materiais Consumo.Permanente DBI_DMI-SPE.xlsx;

Prezados, bom dia.

Segue a lista de materiais da SPE para inclusão no PCA 2026, para atendimento ao Departamento de Bens Imóveis e Departamento de Mobilidade Interna.

Fico a disposição para maiores informações e esclarecimentos.

At.te.



Antonia Marcelina Fabiano Teixeira

Chefe de Seção

Seção de Apoio Administrativo - SAA

Subsecretaria de Patrimônio do Estado

Secretaria de Gestão e Governo Digital

amfteixeira@sp.gov.br | 11 2500-5340

Rua Boa Vista, nº. 150 - 12º andar, Centro - São Paulo/SP

       /governosp

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO
Diretoria de Bens Imobiliários
Diretoria de Mobilidade Interna

PCA 2026

Cód.	Subitem	Unid.	Natureza	PREVISÃO ANUAL		
				DBI	DMI	T.
5033748001	AÇÚCAR CRISTAL - SACHÊ	CX	GENEROS ALIMENTICIOS	20	12	32
4428692001	AÇÚCAR REFINADO	PCT	GENEROS ALIMENTICIOS	30	24	54
4429494001	AÇÚCAR REFINADO - SACHÊ	CX	GENEROS ALIMENTICIOS	6	6	12
4620135001	ADOÇANTE - SACHÊ	UNID	GENEROS ALIMENTICIOS	12	12	24
4620062001	ADOÇANTE LIQUIDO	FR	GENEROS ALIMENTICIOS	4	6	10
4415922	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML (GARRAFA) - FARDO COM 12 UNIDADES	PCT	GENEROS ALIMENTICIOS	48	12	60
	CAFÉ COM 500 GRS		GENEROS ALIMENTICIOS	96	68	164
				216	140	356

Para reunião

MÉDIA CONSUMO ANUAL CTI	
CAFÉ	48
AÇUCAR	24
ADOÇANTE	24
PCT DE COPO DE CAFÉ PEQUENO	48
PCT DE COPO DESCAVEL DE AGUA	48
GUARDANAPO	48
PCT DE PASTA EM L	12
FILTRO DE CAFÉ	24
CANETAS ESFEROGRAFICA AZUL	100
CADERNO UNIVERSITARIO	30
COLA BASTÃO	12
APONTADOR	12
ENVELOPE SACO A/4	24
ESTRATOR	12
CLIPS Nº2 /0	12
FITA ADEISVA (LARGA) 45MM X 45M	6
FITA ADESIVA (PEQUENA)	6
ESTILETE	6
MARCADOR DE TEXTO AMARELO	30
MARCADOR DE TEXTO ROSA	30
MARCADOR DE TEXTO VERDE	30
MARCADOR DE TEXTO AZUL	30
TESOURA	12
GRAMPEADOR 26/6	6
GRAMPOS GALVENIZADOS 26/6	6
POSTIT GRANDE	24
POSTIT PEQUENO PCT COM 4	12
PLASTICO OFÍCIO 4 FUROS	60
PASTA TRANSPARENTE COM PRESILHA ROMEU E JULIETA	12
CADERNO UNIVERSITARIO	24
BORRACHA	24

LAPISEIRA 09	24
GRAFITE 09	12
FILTRO DE LINHA 10 METROS 8 TOMADAS	2
FILTRO DE LINHA 2 METROS 4 TOMADAS	20
CORRETIVO CANETA	12
LAPIS	24
RÉGUA	12
PASTA A/Z	12
PILHA AAA	50
PILHA AA	50
PILHA RECARREGAVEL AA	20
PILHA RECARREGAVEL AAA	30
RECARREGADOR PARA AAA E AA	4
FITA HELLERMANN 4,8X 200MM PCT COM 100	5
FITA HELLERMANN 7,6 X 400 MM PCT COM 100	2

Atenciosamente,



Leonardo Pedro do Carmo

Assessor III

Subsecretaria de Gestão Corporativa

leonardopedro@sp.gov.br

Av. Rangel Pestana, nº 300, Sé- São Paulo - SP



PCA - 2025-2026 - DGP

Nº	CÓDIGO/REFª	ITEM	QUANT.
1	6251048	filtro de papel 103-cx c/30	12
2	3798453	copo descartável pp 200 ml-manga com 100	20
3	3798356	copo descartável pp 50ml-manga com 100	20
4	4279883	bloco de rascunho	10
5	6019277	borracha branca	5
6	4289234	caderno espiral 1/4 96 fls.	5
7	3378535	caderno universitario 96 fls.	10
8	1049895	cx arquivo azul	100
9	3426491	caneta esferografica azul	60
10	3432173	caneta esferografica preta	20
11	3432181	caneta esferografica vermelha	20
12	1038281	caneta marca texto amarela	60
13	42498	clips aço nº 1	10
14	3145301	corretivo em fita	5
15	2974355	elastico nº 18	10
16	4515269	elastico para processo	10
17	201405	fita adesiva 50 x 50 transparente	12
18	418846	fita durex pequena 12 mm x 33 m	10
19	42048	grampo para granpeador 26/06	10
20	5005680	lápiz preto nº 2	60
21	2251035	pasta de tubo lomb 70 315 x 230 cap 60	300
22	1134930	pasta em L cristal	20
23	1460978	recado auto adesivo sem pauta 76 x 102 mm	20
24	3897575	regua de plástico 30 cm	5
25	980056	estilete largo	2
26	2164515	extrator de grampo	3
27	4346335	tesoura	3
28	4455789	alcool em gel frasco com 500 ml	12
29	5616859	alcool etilico frasco com 1 l	12
30	2649713	cola em bastão	30
31	131342	envelope plástico 4 furos	500
32	3258823	guardanapo de papel 30 x 33 pc. com 50	50
33	4428692	açúcar	12
34	4620062	adoçante liquido	5
35	5410762	café	12
36	577219	grafite 0,9 mm	2
37	1049895001	cx para arqº Pp corrugado 360 x 250x135mm azul	1800
38	1412140001	pastas c/aba e elástico, Poliprop. 0,35 micras, lomb, 30mm oficio	10

itens para copeiras

De Ana Flavia Rodrigues <afrodrigues@sp.gov.br>

Data Sex, 23/01/2026 12:54

Para Maria Alice de Camargo <macamargo@sp.gov.br>

Nome do item	Quantidade por mês
açúcar	6 kg
açúcar cristal sache	02 caixas
açúcar refinado sache	02 caixas
adoçante liquido	02 frascos
adoçante sache	10 caixas
café	20 pacotes
cha mate (sache)	20 caixas
chá sabor hortelã	16 caixas
chá sabor camomila	16 caixas
chá sabor frutas vermelhas	30 caixas
chá sabor maçã e canela	26 caixas
chá sabor gengibre e especiarias	20 caixas
chá sabor erva cidreira	12 caixas
chá sabor erva doce	12 caixas
chá sabor maracujá, laranja e gengibre	30 caixas
chá sabor camomila, maracujá e cidreira	20 caixas
chá preto	26 caixas
chá verde	26 caixas
biscoito cream cracker	02 caixas
biscoito sabor aveia e maçã	02 caixas
biscoito sabor gotas de chocolate	02 caixas
biscoito sabor chocolate	02 caixas

biscoito banana e canela	02 caixas
--------------------------	-----------



Ana Flavia Rodrigues

Chefe de Divisão

SGC/DA/CBS - Divisão de Gestão Patrimonial e Almoxarifado

Secretaria de Gestão e Governo Digital

afrodrigues@sp.gov.br | (11) 3117-2094

Av. Rangel Pestana, 300 – 14º andar – São Paulo/SP



Solicitações de demandas SGP

De Fernanda Barboza <fernandabarboza@sp.gov.br>
Data Qui, 29/05/2025 15:43
Para Almoxarifado SGGD <almoxarifado.sggd@sp.gov.br>
Cc Márcia Maria Farias de Azevedo Souza Leão <marcia.leao@sp.gov.br>

 1 anexo (17 KB)

Demandas almoxarifado SGP 2026.xlsx;

Prezados, boa tarde.

Em atendimento às demandas para o PCA 2026, seguem as solicitações de demandas de almoxarifado feitas para a SGP.

Atenciosamente,



Fernanda Moreira Barboza

SGP - Assessoria Técnica

Secretaria de Gestão e Governo Digital

fernandabarboza@sp.gov.br | 11 3117-1851

Av. Rangel Pestana, 300 – 14º andar – Ala Dom Pedro – São Paulo - SP



ITEM	QUANT. ANUAL
Açúcar refinado - sachê cx	24
Adoçante - Sachê cx	24
Água mineral sem gás, 200ml - cxa 48 unds	40
Alcool em gel - 500ml - frasco	24
Caderno Espiral Universitário	12
Caneta esferográfica - azul - und	96
Caneta esferográfica - preta - und	96
Caneta esferográfica - vermelha - und	72
Caneta marca texto amarela - und	96
Clips em aço galvanizado - nº2 - cxa	12
Cola bastão 10 gr - tubo	12
Copo descartável para água - Pct c/ 100 unds	96
Copo descartável para café - Pct c/ 100 unds	48
Envelope carta - dezena	20
Envelope E16 c/ timbre - pardo - 278x203mm - dezena	20
Envelope mod. E 20 (250X353MM) com timbre - un	60
Envelope plast. 4 furos - incolor - um	120
Filtro de papel para café tradicional - nº 103 - cx	48
Fita adesiva - celofone - 12mmx33m - und	12
Fita adesiva - celofone - 19mmx50m - und	12
Grampeador 26/6	12
Grampo para grampeador 26/6 - cx 5000	12
Guardanapo de Papel	48
Lapis preto redondo - nº2 um	96
Mexedor de Café pct	24
Papel sulfite - 75g - A4 - branco - resma	48
Pasta em "L" - A4 - incolor - pct 10 unds	40
Papel sulfite A3, 75g, - PT 500 FL	48
Recado auto adesivo 38x50mm c/4 100 fls - colorido um	24
Recado Auto Adesivo (76x102)mm, Amarela um	24
Recado Auto Adesivo (102x152)mm, Amarela, C/pauta um	24



De Abigail Maria Do Amaral <abigail.amaral@sp.gov.br>

Para Ana Flavia Rodrigues <afrodrigues@sp.gov.br>

Cc Almojarifado SGGD <almojarifado.sggd@sp.gov.br>; Marina do Bé Nascentes Marcondes de França Ferreira <marina.be@sp.gov.br>

RELACÃO DE MATERIAIS (2).xlsx

Segue a planilha de relação de matérias referente ao PCA da Subsecretaria de Gestão.
Obrigada



suporte de Apoio Administrativo –

abigail.amaral@sp.gov.br (11) 3117-1949

Av. Rangel Pestana, 300, 16º Andar, São Paulo, SP



A informação contida nesta mensagem de e-mail, incluindo quaisquer anexos, é de uso exclusivo da pessoa, unidade ou órgão para qual está endereçada, podendo conter material confidencial e/ou privilegiado. Qualquer revisão, retransmissão, disseminação ou tomada de qualquer ação baseada nessas informações por pessoas não autorizadas são proibidas. Se você recebeu essa mensagem por engano, por favor informe imediatamente ao remetente e apague-a de seu computador ou de qualquer outro banco de dados.

ENC: PCA 2026

De Ana Flavia Rodrigues <afrodrigues@sp.gov.br>
Data Sex, 30/05/2025 14:57
Para Almoxarifado SGGD <almoxarifado.sggd@sp.gov.br>

 4 anexos (633 KB)

Materiais permanentes - 30 05 .pdf; PREVISÃO DE MATERIAIS - 2026.pdf; 1 - ESPECIFICAÇÕES DE ITENS DA TABELA PCA 2025 (1).pdf; MATERIAIS DE CONSUMO A INCLUIR NA TABELA PCA 2026.pdf;



Ana Flavia Rodrigues

Chefe de Divisão
SGC/DA/CBS - Divisão de Gestão Patrimonial e Almoxarifado
Secretaria de Gestão e Governo Digital
afrodrigues@sp.gov.br | (11) 3117-2094
Av. Rangel Pestana, 300 – 14º andar – São Paulo/SP

 /governosp

De: Fernanda Barboza <fernandabarboza@sp.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 30 de maio de 2025 14:50
Para: Ana Flavia Rodrigues <afrodrigues@sp.gov.br>
Cc: Márcia Maria Farias de Azevedo Souza Leão <marcia.leao@sp.gov.br>; Julia de Castro Paim <julia.paim@sp.gov.br>
Assunto: ENC: PCA 2026

Prezada,

Conforme conversado, encaminho os documentos do DPME relacionados às compras de almoxarifado e aos materiais permanentes.

Obrigada pela atenção e apoio!

Atenciosamente,



Fernanda Moreira Barboza

SGP - Assessoria Técnica
Secretaria de Gestão e Governo Digital
fernandabarboza@sp.gov.br | 11 3117-1851
Av. Rangel Pestana, 300 – 14º andar – Ala Dom Pedro – São Paulo - SP

 /governosp

De: Márcia Maria Farias de Azevedo Souza Leão <marcia.leao@sp.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 30 de maio de 2025 12:00
Para: Julia de Castro Paim <julia.paim@sp.gov.br>; Fernanda Barboza <fernandabarboza@sp.gov.br>
Assunto: ENC: PCA 2026

PSC

De: Leandro Coppede <leandro.coppede@sp.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 30 de maio de 2025 11:50

Para: Márcia Maria Farias de Azevedo Souza Leão <marcia.leao@sp.gov.br>

Assunto: ENC: PCA 2026

Prezada Marcia, bom dia.

Seguem os apontamentos do PCA.

Atenciosamente

De: Helena Karla Castelo Branco Araujo <hkaraujo@sp.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 30 de maio de 2025 11:45

Para: Leandro Coppede <leandro.coppede@sp.gov.br>

Cc: Vania Gomes Soares <vaniasoares@sp.gov.br>

Assunto: PCA 2026

Prezados, bom dia.

Seguem em anexo o PCA 2026.

Obs.: Salientamos, que foram consideradas as cadeiras e as mesas que haviam sido solicitadas no ano passado e não vieram.

Atenciosamente.



PREVISÃO DE MATERIAIS - DPME - 2026

ITEM BEC	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
MATERIAIS MÉDICOS			
6144462	ABAIXADOR DE LÍNGUA	PACOTE COM 100 UNIDADES	5
5578841	COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL	UNIDADE	50
4671627	ALGODÃO BOLINHAS	PCTE COM 100g	5
MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS BANHEIROS			
4806450	PAPEL TOALHA	PACOTE COM 1250 FOLHAS	1200
6349331	PAPEL HIGIÊNICO	CAIXA COM 8 UNIDADES	240
5367085	SABONETE LÍQUIDO - REFIL	UNIDADE	360
2294516	LENÇOL DESCARTÁVEL PARA MACA	UNIDADE	60
	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS	CAIXA COM 2500 UNIDADES	96
3774074	ÁLCOOL GEL REFIL	UNIDADE	20
	ÁLCOOL GEL MESA	UNIDADE	50
6151116	PAPEL DESCARTÁVEL DE ASSENTO SANITÁRIO	CAIXA COM 20 REFIS	400
	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO	UNIDADE	10
3925587	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO	UNIDADE	10
3994953	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA	UNIDADE	10
2582678	DISPENSER PARA COPO DESCARTÁVEL	UNIDADE	10
5293006	DISPENSER PARA PROTETOR DE ASSENTO SANITÁRIO	UNIDADE	30
4282159	ASSENTO SANITÁRIO	UNIDADE	10
3845559	FLANELA	UNIDADE	20
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO			
	ENVELOPE PARDO GRANDE 40x32cm	UNIDADE	100
	ENVELOPE PARDO MÉDIO A4 35x26cm	UNIDADE	500
	ENVELOPE PARDO PEQUENO 28x22cm	UNIDADE	200
5812933	ROLO PAPEL PARDO 60CM	UNIDADE	2
	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12mm x 30m (DUREX PEQUENO)	UNIDADE	10
	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 18mm x 50m (DUREX MÉDIO)	UNIDADE	15
	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 50 x 50 mm (DUREX GRANDE)	UNIDADE	40
	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE	UNIDADE	10
4128796	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE MASSA ACRÍLICA 24MM	UNIDADE	10
	CADERNO BROCHUCA 96 FOLHAS PEQUENO	UNIDADE	10
	PASTA COM GRAMPO PLÁSTICO CRISTAL	UNIDADE	50
4415787	COPO DE ÁGUA MINERAL	CAIXA COM 48 UNIDADES	200
	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL	UNIDADE	200
	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA	UNIDADE	150
	CANETA MARCA TEXTO AMARELA	UNIDADE	150
	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA	UNIDADE	150
	PASTA L	UNIDADE	100
	LÁPIS PRETO	UNIDADE	150
	BORRACHA	UNIDADE	30

5978661	PILHA ALCALINA AA	UNIDADE	40
5978700	PILHA ALCALINA AAA	UNIDADE	40
6079474	PILHA ALCALINA C	UNIDADE	24
	APONTADOR DE LÁPIS	UNIDADE	20
4925076	AUTO RECADO ADESIVO POST IT	EMBALAGEM COM 4 UNIDADES - COLORIDO	60
	GRAMPEADOR DE PAPEL 30 FOLHAS	UNIDADE	10
6458920	PRANCHETA PORTATIL	UNIDADE	20
	GRAMPEADOR DE PAPEL 60 FOLHAS	UNIDADE	5
	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PAPEL 30 FOLHAS 26/6	UNIDADE	10
	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PAPEL 60 FOLHAS 23/13	UNIDADE	5
	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS 30 FOLHAS	UNIDADE	5
	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS 100 FOLHAS	UNIDADE	5
5898129	COLA BASTÃO	UNIDADE	10
6333745	COLA LÍQUIDA PARA PAPEL	UNIDADE	10
5975255	ADESIVO LÍQUIDO INSTANTANEO	UNIDADE	10
5872251	CORRETIVO FITA	UNIDADE	10
2841924	CANETA MARCADOR PERMANENTE PONTA FINA COR PRETA	UNIDADE	150
5962641	ESTILETE	UNIDADE	5
5416655	FITILHO ROLO	UNIDADE	5
2164515	TIRADOR DE GRAMPO	UNIDADE	10
4346335	TESOURA DE PAPEL	UNIDADE	15
MATERIAIS HIDRÁULICOS			
3112047	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO DE BANHEIRO CROMADA 7/8	UNIDADE	5
5956447	VÁLVULA PARA PIA DE COZINHA CROMADA 3.1/2	UNIDADE	5
1856243	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL	UNIDADE	20
6230660	GRELHA ROTATIVA DE INOX REDONDA 100MM COM CAIXA	UNIDADE	30
6230652	GRELHA ROTATIVA DE INOX REDONDA 150MM COM CAIXA	UNIDADE	20
4109880	TORNEIRA ESFERA DE JARDIM 3/4 FIXAÇÃO EM PAREDE	UNIDADE	5
6169155	TORNEIRA DE PRESSÃO AUTOMÁTICA FIXAÇÃO EM PIA	UNIDADE	30
6254624	TORNEIRA PARA COZINHA BICA MÓVEL FIXAÇÃO EM PAREDE	UNIDADE	4
6006000	FITA VEDA ROSCA	UNIDADE	5
5968895	HASTE PARA REGISTRO DE GAVETA 3/4	UNIDADE	50
MATERIAIS ELÉTRICOS			
6089739	TOMADA INTERNA DUPLA 3 PINOS COM ESPELHO 10A 250v	UNIDADE	10
6089720	TOMADA INTERNA DUPLA 3 PINOS COM ESPELHO 20A 250v	UNIDADE	10
6261043	INTERRUPTOR INTERNO BIPOLAR SIMPLES 10A	UNIDADE	20
5991641	INTERRUPTOR INTERNO BIPOLAR SIMPLES COM ESPELHO	UNIDADE	10
2492156	CABO ELÉTRICO 2,5mm COR PRETA	UNIDADE	2
2492156	CABO ELÉTRICO 2,5mm COR AZUL	UNIDADE	2
2492156	CABO ELÉTRICO 2,5mm COR VERDE	UNIDADE	2
6019552	FITA ISOLANTE ROLO	UNIDADE	20
6233872	SOQUETE PARA LAMPADA DE LED TUBULAR DE ENGATE RÁPIDO	UNIDADE	100
51645559	LÂMPADA DE LED TUBULAR	UNIDADE	700
MATERIAIS DE MANUTENÇÃO GERAL			
2152533	CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE (MACHO)	UNIDADE	100
6015271	CONECTOR KEYSTONE RJ45 (FÊMEA)	UNIDADE	100
4636481	FECHADURA EXTERNA ROSETA IMAB	UNIDADE	10
1769510	FECHADURA PARA DIVISÓRIA TUBULAR	UNIDADE	10

4351444	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS	UNIDADE	100
4540212	DESENGRIPANTE LATA	UNIDADE	10
5828422	BUCHA COM PARAFUSO 6MM	UNIDADE	100
5828430	BUCHA COM PARAFUSO 8MM	UNIDADE	100
5420610	BUCHA PARA DRY WALL 45MM	UNIDADE	100
2571234	PARAFUSO DE FIXAÇÃO DE VASO SANITÁRIO	UNIDADE	5
5596407	TELEFONE FIXO DE MESA	UNIDADE	20

Planilha inicial de levantamento de quantidades

Item	Nome do item	Unidade de fornecimento	SPE	SCG	SGP	SGES	ARQ.. PUB.	DPME	TOTAL
1	açucar	pct 1kg	54	108		42			204
2	açúcar cristal sache	cx	32	24					56
3	açúcar refinado sache	cx	12	24	24				60
4	adoçante liquido	fr 100 ml	10	53					63
5	adoçante sache	cx com 50 unid	24	120	24				168
6	café	cx 500g	164	300		72			536
7	cha mate	cx c/ 25 sache		240		12			252
8	chá sabor hortelã	cx c/ 15 sache		192					192
9	chá sabor camomila	cx c/ 15 sache		192					192
10	chá sabor capim cidreira	cx c/ 15 sache		144					144
11	chá sabor erva doce	cx c/ 15 sache		144					144
12	chá sabor camomila, maracujá e cidreira	cx c/ 10 sache		240					240
13	chá sabor frutas vermelhas	cx c/ 10 sachê		360					360
14	chá sabor maçã e canela	cx c/ 10 sachê		312					312
15	chá sabor gengibre e especiarias	cx c/ 10 sachê		240					240
16	chá sabor maracujá, laranja e gengibre	cx c/10 sache		360					360
17	chá preto	cx c/ 10 sachê		312					312
18	chá verde	cx c/ 10 sachê		312					312
19	biscoito cream cracker	cx c/ 100 ptes		24					24
20	biscoito sabor gotas de chocolate	cx c/ 100 ptes		24					24
21	biscoito sabor chocolate	cx c/ 100 ptes		24					24
22	biscoito banana e canela	cx c/ 100 ptes		24					24
23	água mineral sem gás 200ml (copo)	cx c/48			40	36	6	200	282
24	água mineral sem gás 500ml	fd c/ 12 unid	60	576					636

Gêneros alimentícios

LOTE /GRUPO	ITEM	CÓDIGO SIAFÍSICO	CÓDIGO COMPRAS	Nome do item	Especificação do item	Unidade de medida	Requisição mínima	Qtd total	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Valor total estimado
1	1	4428692	463994	Açúcar	Açúcar; Refinado; Obtido a Partir do Caldo Da Cana de Açúcar; Com Aspecto, Cor e Odor Característicos e Sabor Doce; Não Podendo Apresentar Sujidades, Parasitas e Larvas; Embalagem Primária Plástica Devidamente Lacrada; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Resolução Rdc 271/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pela Anvisa.	Pacote 1kg	50	408	R\$ 5,49	R\$ 2.239,92	
	2	5033748	463990	Açúcar cristal sachê	Açúcar; Cristal, Orgânico; Obtido a Partir do Caldo Da Cana de Açúcar; Com Aspecto e Odor Característicos, Cor Própria E sabor Doce; Não Podendo Apresentar Mau Estado de Conservação, Alta Umidade, Presença de Insetos Ou Detritos e Odor Estranho; Embalagem Primária Sachê Devidamente Lacrado; Com Validade Mínima de 12 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 271/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Lei10.831/03, Decreto 6.323/07 e Alterações; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa.	Caixa c/400 sachês de 5gr	5	112	R\$ 39,99	R\$ 4.478,88	
	3	4429494	463996	Açúcar refinado sachê	Açúcar; Refinado Granulado; Obtido a Partir do Caldo Da Cana de Açúcar; Com Aspecto, Cor e Odor Característicos e Sabor Doce; Não Podendo Apresentar Mau Estado de Conservação, Alta Umidade, Presença de Insetos Ou Detritos e Odor Estranho; Embalagem Primária Sachê Devidamente Lacrado; Com Validade Mínima de 12 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Resolução Rdc 271/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pela Anvisa.	Caixa c/400 sachês de 5gr	5	120	R\$ 23,95	R\$ 2.874,00	
	4	4620062	353156	Adoçante líquido	Adoçante Dietético; Líquido; Composto de Sucralose, Acessulfame de Potássio, Água, Sorbitol, Conservante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primária: Frasco Plástico, Atóxico e Lacrado; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçada; Com Validade Mínima de 12 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 271/05 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.	Frasco 100ml	12	126	R\$ 9,13	R\$ 1.150,38	
	5	4620135	427796	Adoçante sachê	Adoçante Dietético; Em Pó; Composto de Sucralose, Acessulfame de Potássio, Lactose, Antiumectante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primária Sachê Individual, Pesando No Mínimo 0,6 Gramas Cada; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçada; Com Validade Mínima de 12 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 271/05 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.	Caixa c/50 sachês	10	336	R\$ 9,90	R\$ 3.326,40	
	6	5410762	606523	Café	Café Tradicional; Torrado e Moído, Constituído de Café Ate Tipo 8 Na Classificação Oficial Brasileira-cob; Bebida Variando de Mole a Rio, Excluindo-se o Gosto Riozona; Com Um Máximo de 20% de Defeitos Pretos, Verdes e Ardidos e Ausência de Grãos Pretos-verdes e Fermentados; Admitindo-se Grãos de Safras Passadas, Robusta Conilon; Desde Que o Gosto Não Seja Pronunciado e Preponderante; Ponto de Torra Moderadamente Escuro a Médio Claro; Com Qualidade Global Aceitável Mínima de 4,5 Pontos Na Escala Sensorial de 0 a 10 do Lote Entregue; Impurezas (cascas e Paus) Em G/100g Máxima de 1%; e Umidade Em G/100g Máxima de 5%; Obedecendo Resolução Saa-19, de 05/04/2010; Com Embalagem Primária Alto Vácuo (tijolinho) e Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Rotulagem Impressa Na Embalagem Secundária; Não Sendo Tolerada a Presença de Etiqueta Auto Adesiva Com a Descrição do Produto; Validade Mínima Na Data Da Entrega de 12 Meses; Devendo Obedecer As Exigências Das Res. Saa-28 de 01/06/2007, Rdc 277/05, Rdc 259/02, Rdc 07/11, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores.	Caixa 500gr	96	1072	R\$ 45,70	R\$ 48.990,40	R\$ 128.734,30
	7	4525701	353663	Chá mate	Chá; de Erva Mate Queimado Ou Tostado; Composto de Folhas e Talos de Erva Mate (Ilex Paraguariensis); Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sachê Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Caixa c/ 25 sachês	10	504	R\$ 8,85	R\$ 4.460,40	
	8	4525884	604671	Chá diversos sabores	Chá diversos sabores. Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sachê Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa. Sabores: 1) Hortelã; 2) Camomila; 3) Capim cidreira; 4) Erva doce.	Caixa c/ 15 sachês	20	1344	R\$ 7,98	R\$ 10.725,12	
	9	4525850	258195	Chá frutas diversos sabores	Chá misto diversos sabores. Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sachê Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa. Sabores: 1) Camomila, maracujá e cidreira; 2) Frutas Vermelhas; 3) Maçã com canela; 4) Gengibre e especiarias; 5) Maracujá, laranja e gengibre.	Caixa c/ 10 sachês	25	3024	R\$ 14,29	R\$ 43.212,96	
	10	4525426	233885	Chá preto	Chá; Preto; Composto de Folhas e Talos Da Camellia Sinensis; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primária Sachê Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 14 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa.	Caixa c/ 10 sachês	15	624	R\$ 5,79	R\$ 3.612,96	
	11	6543049	290267	Chá verde	Chá verde. Folhas de chá verde (Camellia sinensis. (L) Kuntze)E mbalagem Primária Sachê Individual; Embalagem Secundária Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Caixa c/ 10 sachês	15	624	R\$ 5,87	R\$ 3.662,88	

2	12	1677497	402158	Biscoito cream cracker	Biscoito C/sal; Tipo Cream Cracker, Em Embalagem Individual; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida Com Ferro e Acido Folico, Gordura Vegetal, Acucar, Sal, Amido; Emulsificante, Melhorador de Farinha, Fermentos Quimicos e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado Hermeticamente Fechado e Atoxico; Embalagem Individual Contendo 2 Unidades Pesando, No Minimo, 5 Gramas Cada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 360/03, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega.	Caixa c/ 100 ptes	2	48	R\$ 62,17	R\$ 2.984,16	R\$ 12.979,20
	13	5432626	625251	Biscoito doce sabores	Biscoito Doce Amanteigado S/recheio diversos sabores. Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado, Hermeticamente Fechado e Atoxico, Embalagem Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 06 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Admin. Determinados Pela Anvisa. Sabores: 1) Gotas de Chocolate; 2) Chocolate; 3) Banana e Canela.	Caixa c/ 100 ptes	3	144	R\$ 69,41	R\$ 9.995,04	
	14	4415922	445484	Água mineral sem gás 300ml	Água Mineral; Natural Sem Gas; Embalagem Primaria Garrafa Pet Vedada Com Tampa de Rosca; Embalagem Secundaria Apropriada para Alimentos; Embalagem de 490 a 510ml; Com Validade Minima de 9 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 274/05, Rdc 275/05, Rdc 259/02, Portaria 470/99 (mme) e Suas Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa. pH entre 6,5 e 8,0.	Garrafa 300ml	108	22032	R\$ 2,21	R\$ 48.690,72	R\$ 48.690,72

R\$ 190.404,22

PAPEL TIMBRADO

(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE 01

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Objeto: Aquisição de materiais de gêneros alimentícios.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	açúcar	pct 1kg		408		
2	açúcar cristal sache	cx c/ 400 sachês		112		
3	açúcar refinado sache	cx c/ 400 sachês		120		
4	adoçante líquido	fr 100ml		126		
5	adoçante sache	cx c/50 sachês		336		
6	café	cx 500g		1072		
7	chá mate	cx c/15 sachês		504		
8	chá diversos sabores (hortelã, camomila, capim cidreira, erva doce)	cx c/15 sachês		1344		
9	chá misto diversos sabores (Camomila, maracujá e cidreira; Frutas Vermelhas; Maçã com canela; Gengibre e especiarias; Maracujá, laranja e gengibre)	cx c/10 sachês		3024		
10	chá preto	cx c/10 sachês		624		
11	chá verde	cx c/10 sachês		624		
TOTAL						

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa

Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE 02

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Objeto: Aquisição de materiais de gêneros alimentícios.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	biscoito cream cracker	caixa c/ 100 ptes		48		
13	biscoito doce sabores (Gotas de Chocolate; Chocolate; Banana e Canela)	caixa c/ 100 ptes		144		
TOTAL						

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

PAPEL TIMBRADO
(Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone)

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Objeto: Aquisição de materiais de gêneros alimentícios.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	Água mineral sem gás 300ml	Garrafa 300ml		22.032		
TOTAL						

Valor total da proposta: R\$

No valor da proposta estão contempladas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta aquisição, não contendo qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

Local e Data

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa
Cargo

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº ____/2026

Pela presente Autorização de Fornecimento, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede no endereço _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr.(a) _____, doravante denominada CONTRATADA, fica autorizada a fornecer, para a SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, doravante denominada CONTRATANTE, o objeto descrito no Termo de Referência, parte integrante do processo administrativo correspondente.

A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e aceitar integralmente as especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos e demais exigências constantes do Termo de Referência e da legislação aplicável, em especial da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se ao fornecimento dos bens de _____, compreendendo todas as atividades necessárias ao pleno atendimento das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, inclusive o fornecimento, transporte, carga, descarga e acondicionamento dos bens, quando necessários, os quais estão incorporados ao preço contratado.

Parágrafo único. O fornecimento dos bens deverá observar rigorosamente os padrões de qualidade, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e nesta Autorização de Fornecimento, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV (compras.gov)	Item BEC	UF	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							

CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1. Pelo fornecimento integral do objeto desta Autorização de Fornecimento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), conforme proposta apresentada em ____/____/2026, a qual integra esta contratação para todos os fins.

2.2. O preço é fixo e irrevogável, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei e no Termo de Referência.

CLÁUSULA III – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. Os bens deverão ser fornecidos rigorosamente de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, cabendo à CONTRATADA a integral responsabilidade pelo correto fornecimento do objeto.

3.2. Os produtos deverão ser entregues novos, em suas embalagens originais, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem indícios de violação, avaria ou quaisquer irregularidades que comprometam sua qualidade ou procedência.

3.3. A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pelo transporte, carga, descarga e demais providências necessárias à entrega dos bens no local indicado pela CONTRATANTE.

3.4. É vedada a transferência da responsabilidade pelo fornecimento do objeto a terceiros, salvo nas hipóteses expressamente admitidas no Termo de Referência.

3.5. A presente contratação possui prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura desta Autorização de Fornecimento, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os bens objeto desta Autorização de Fornecimento deverão ser entregues no prazo de ____ (____) dias corridos, contados a partir da assinatura desta Autorização de Fornecimento, _____ no _____ seguinte endereço:

_____.

4.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estipulado, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE as razões respectivas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, para que eventual pedido de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

4.3. A entrega deverá ser previamente agendada pelo e-mail _____ e/ou telefone _____, devendo ocorrer em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), no horário compreendido entre ____h e ____h, salvo disposição diversa constante do Termo de Referência.

4.4. A ausência de agendamento prévio poderá acarretar o não recebimento dos bens, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por custos adicionais, prejuízos ou penalidades decorrentes.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que regularmente atestado o recebimento definitivo do objeto e finalizada a liquidação da despesa, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023.

5.2. No caso de atraso imputável à CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente, na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto Estadual nº 32.117, de 1990), incidindo juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis.

5.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos das normas do sistema financeiro estadual.

5.4. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, observado o disposto na Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

5.5. Aplicam-se ao pagamento as retenções tributárias previstas na legislação vigente, observadas as disposições relativas ao Simples Nacional, quando for o caso.

CLÁUSULA VI – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A CONTRATADA estará sujeita às infrações e sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

CLÁUSULA VII – DAS ALTERAÇÕES DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

7.1. As alterações das condições inicialmente pactuadas nesta Autorização de Fornecimento reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

7.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições originalmente estabelecidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, por determinação da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. Caso esta Autorização de Fornecimento não contemple preços unitários para bens eventualmente necessários em decorrência de alteração do objeto, estes poderão ser fixados com base nos preços referenciais ou de mercado vigentes à época, observados os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7.4. As alterações que impliquem modificação substancial das condições inicialmente pactuadas deverão ser formalizadas por instrumento próprio, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, admitindo-se, em caso de justificada urgência, a formalização posterior no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Alterações de natureza meramente formal poderão ser registradas por apostila, dispensada a celebração de instrumento aditivo, conforme o art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As demais condições relativas ao fornecimento do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, que integra a presente Autorização de Fornecimento para todos os fins legais.

8.2. A presente Autorização de Fornecimento constitui instrumento hábil substitutivo do instrumento de contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto no art. 92 da referida Lei, sendo suficiente para autorizar e regular o fornecimento do objeto, submetendo-se integralmente ao regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

São Paulo, na data da assinatura digital.

CONTRATANTE
Secretaria de Gestão e Governo Digital

CONTRATADA



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações**

MINUTA

ANEXO III

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

À Comissão de Licitação

Referente a Contratação e aquisição de materiais de consumo diversos, no âmbito da Secretaria de Gestão e Governo Digital

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, interessada em participar do **Pregão Eletrônico nº 90005/2026**, referente ao **Processo SEI nº 018.00001647/2026-43** objetivando Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, venho, respeitosamente, apresentar a seguinte solicitação de esclarecimento acerca dos termos do Edital:

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento solicitado
1	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
2	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta

N...	Inserir item do Edital ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara e objetiva o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
------	--	---

Certos de vossa atenção, desde já agradecemos e permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

(Local e Data)

Representante Legal (com carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 14/05/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0105956498** e o código CRC **997FDF23**.



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações**

MINUTA

ANEXO IV

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

À Comissão de Licitação

Referente a aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito da Secretaria de Gestão e Governo Digital;

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, vem, tempestivamente, com fundamento no item 13.1 do Edital e no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do **Pregão Eletrônico nº 90005/2026**, referente ao **Processo SEI nº 018.00001647/2026-43**, objetivando Registro de preços para contratação de aquisição de gêneros alimentícios, pelos fundamentos a seguir expostos:

Nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, é assegurado a qualquer pessoa o direito de impugnar os termos do edital, desde que o faça no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do certame, o que se verifica no presente caso.

A impugnação ora apresentada tem por escopo preservar os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, competitividade, e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dos Fatos e Fundamentos

O Edital impugnado apresenta, em seu item **[indicar item ou cláusula específica do Edital]**, a seguinte previsão:

[transcrever integralmente o trecho impugnado]

Tal exigência revela-se [ilegal/incompatível/restritiva], uma vez que [expor, de forma clara e objetiva, os fatos e fundamentos que motivam a impugnação, com eventual citação de dispositivos legais ou normas técnicas aplicáveis].

Entende-se que a referida exigência [ou omissão] afronta o disposto no(a) **[citar norma legal ou princípio violado]**, comprometendo a ampla competitividade do certame e restringindo indevidamente a participação de interessados que, embora tecnicamente aptos, não atendem a exigência ora impugnada.

Do Pedido

Diante do exposto, requer-se:

1. Que a presente impugnação seja conhecida e julgada procedente, com a consequente retificação do(s) item(ns) impugnado(s), de modo a assegurar a legalidade, a isonomia e a competitividade do certame;
2. Que, uma vez retificado o Edital, seja determinada a republicação do instrumento convocatório, nos termos do item 13.5 do próprio Edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

(Local e Data)

Representante Legal (com carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 14/05/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0105956542** e o código CRC **0ADA5D21**.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Divisão de Licitações

MINUTA

ANEXO IV

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º/2026.

O ESTADO DE SÃO PAULO, por sua SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, por intermédio da DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo, CEP 01017-91, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.467.292/0001-02, neste ato representada pelo Diretor _____, nomeado pela Resolução _____, publicada no D.O.E. _____, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo nº 018.00001647/2026-43, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no, c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento., c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 90005/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)										
GRUPO 1										
Grupo	Item	Especificação	Código Siafísico	Código compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Prazo de validade
	1	Açúcar	4428692	463994		Pacote 1kg	50	408	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	2	Açúcar cristal sachê	5033748	463990		Caixa c/400 sachês de 5gr	5	112	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	3	Açúcar refinado sachê	4429494	463996		Caixa c/400 sachês de 5gr	5	120	R\$ ____	____ dias e/ou meses

1	4	Adoçante líquido	4620062	353156		Frasco 100ml	12	126	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	5	Adoçante sachê	4620135	427796		Caixa c/50 sachês	10	336	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	6	Café	5410762	606523		Caixa 500gr	96	1072	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	7	Chá mate	4525701	353663		Caixa 40 gr c/25 sachês	10	504	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	8	Chá diversos sabores	4525884	604671		Caixa 40 gr c/15 sachês	20	1344	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	9	Chá frutas diversos sabores	4525850	258195		Caixa 40 gr c/10 sachês	25	3,024	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	10	Chá preto	4525426	233885		Caixa 40 gr c/10 sachês	15	624	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	11	Chá verde	6543049	290267		Caixa 40 gr c/10 sachês	15	624	R\$ ____	____ dias e/ou meses

Fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)										
GRUPO 2										
Grupo	Item	Especificação	Código SIAFísico	Código compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Prazo de validade
Grupo 2	12	Biscoito cream cracker	1677497	402158		Caixa c/100 pacotes	2	48	R\$ ____	____ dias e/ou meses
	13	Biscoito doce sabores	5432626	625251		Caixa c/100 pacotes	3	144	R\$ ____	____ dias e/ou meses

Fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)										
Item	Item	Especificação	Código SIAFísico	Código compras	Marca	Unidade de fornecimento	Requisição mínima a ser contratada	Requisição máxima a ser contratada	Valor unitário estimado	Prazo de validade
Item	14	Água mineral sem gás 300ml	4415922	445484		Garrafa 300ml	108	22032	R\$ 2.21	____ dias e/ou meses

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da [Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante

solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

Dos limites para as adesões

4.1.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

4.1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da assinatura podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não haverá quantitativo adicional, de modo que, no período de vigência da prorrogação, somente poderá haver contratação da quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de CATÁLOGO ou MANUAL e a habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços ;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea "b" do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho e Autorização de Fornecimento, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho e assinar a Autorização de Fornecimento ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, em prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho e assinar a Autorização de Fornecimento ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho e assinatura Autorização de Fornecimento ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que as referidas Nota e Autorização de Fornecimento estão substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1(uma) vias, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO I

CADASTRO DE RESERVA

OBSERVADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, NESTE CAMPO SERÃO RELACIONADOS OS FORNECEDORES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS PELOS MESMOS PREÇOS DO ADJUDICATÁRIO, BEM COMO AQUELES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTAS ORIGINAIS, CONFORME OS ITENS, QUANTIDADES, UNIDADES E VALORES CONSTANTES DO ITEM 2.1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Reis Queiroga de França, Coordenadora**, em 14/05/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0105956521** e o código CRC **A400BA4D**.